

Considerações do Conselho Gestor do Projeto Centros de Formação em Economia Solidária sobre a política de educação em economia solidária: contribuições para a próxima etapa do CFES

Apresentação

As contribuições apresentadas neste texto são resultado das reflexões que o Conselho Gestor (CG) do projeto Centro de Formação em Economia Solidária (CFES)¹ vem realizando ao longo da implementação do projeto CFES (2007/2009-2011). E mais especificamente, das discussões ocorridas em 2011 quando, com a proximidade do término dos convênios, o CFES incluiu em suas pautas o balanço do projeto e expectativas para a política de Educação em Economia Solidária.

Para esta elaboração, consideraram-se os debates e reflexões que o movimento de economia solidária realizou nos últimos anos. Assim, tomou-se como subsídios:

- Relatórios das Plenárias Nacionais de Economia Solidária – PNES: 2002, 2003, 2008
- Documentos das Oficinas Nacionais de Formação em Economia Solidária: 2005 e 2007
- Anais das Conferências Nacionais de Economia Solidária – CONAES: 2006 e 2010
- Documento do CTFAT: 2009
- Relatório da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica: 2010
- Relatórios de atividades do CFES Nacional.

Tendo, o projeto CFES atuação em todo o território nacional, suas experiências e perspectivas são bastante heterogêneas, o que repercute em convergências e divergências presentes neste texto. Desta forma este documento não pretende apontar uma proposta consensuada de desenho de política pública de educação em economia solidária, mas sim apresentar questões e linhas gerais que podem contribuir para a elaboração da política de educação em economia solidária.

Desta forma, este documento foi elaborado considerando três momentos: o primeiro momento trata da concepção revisitada nos documentos já referidos e corroborada pelo CG do projeto CFES; o segundo momento apresenta limites e lacunas do processo de execução do projeto CFES e; o terceiro momento aponta linhas gerais indicativas para a continuidade da política de educação em economia solidária.

Sobre a concepção

A educação em economia solidária é uma “construção social” que envolve aquelas-es que compõe a dinâmica da economia solidária. A principal estratégia deste processo de educação consiste em fortalecer a economia solidária e seu movimento social tendo em vista o desenvolvimento sustentável considerando as dimensões, econômica, política, cultura, ambiental e social. Neste sentido, considera-se fundamental a articulação com a pedagogia da educação popular na perspectiva de construção do conhecimento baseado em leituras do mundo críticas a partir de metodologias emancipatórias voltadas para a autogestão. Assim, tanto processos de formação política quanto de assessoria técnica precisam ser vivenciados por meio das práticas, valores e princípios da educação popular. Uma educação que reconhece e cria condições de partilha de diferentes saberes e na qual a produção de conhecimento e tecnologias acontece a partir da

¹ O Conselho Gestor do Projeto CFES é composto pelos CFES Regionais, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Fórum de Educação no Campo, Rede de Educação Cidadã (RECID), Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Comitê Temático de Formação e Assessoria Técnica (CTFAT) do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES), projetos nacionais Brasil Local e Comercialização Solidária e Rede de Gestores.

A elaboração deste texto foi encaminhamento da 9ª Reunião do CG do Projeto CFES, ocorrida entre os dias 24 e 25 de outubro de 2011.

realidade das/os trabalhadoras/es da economia solidária potencializando a consolidação da reprodução da vida e não do capital.

A relação entre educação e trabalho é inerente à economia solidária, reconhecendo o trabalho como princípio educativo. Desta forma, a vivência cotidiana da prática da economia solidária torna as/os participantes da economia solidária - sobretudo os trabalhadores-as dos empreendimentos econômicos solidários - educadores-as populares que contribuem para a transformação e, conseqüentemente, a significar e re-significar conceitos como cidadania e democracia.

Desta forma, uma política de educação em economia solidária precisa considerar diferentes processos: formação de educadoras/es, formação política e assessoria técnica para os empreendimentos, formação escolar formal, formação lato e stricto sensu, etc. Estando, cada processo formativo estreitamente relacionados e apreendidos a partir da mesma concepção política e pedagógica: a educação popular e a prática autogestionária. As metodologias de educação em economia devem estar orientadas para:

- Desenvolver e disseminar uma pedagogia da autogestão/ autogestão da pedagogia;
- Preconizar uma aprendizagem contextualizada, engajada e construída coletivamente;
- O intercâmbio e valorização de diferentes experiências das/os educadoras/es, considerando trabalhadoras/es de empreendimentos, organizações de assessoria e de órgãos da gestão pública;
- Considerar diferenças de gênero, raça/etnia, geração;
- Promover acesso de novas tecnologias; etc.

Considerando a experiência dos Centros de Formação em Economia Solidária, estes estiveram voltados para formação de educadoras/es. Constituíram-se como espaço de construção coletiva de conhecimentos com o objetivo de fortalecer o movimento de economia solidária. Igualmente, estão como objetivos dos CFESs a consolidação de uma rede de educadoras/es em economia solidária, a disseminação de metodologias e estratégias político-pedagógicas, a potencialização de sistematização das experiências vividas e organização e produção de material didático-pedagógico a partir destas experiências e a partir de metodologias experimentadas e reinventadas nas ações do projeto.

Limites e desafios

A avaliação dos 3 anos do projeto CFES identificou avanços e a contribuição do projeto ao fortalecimento do movimento de economia solidária, sobretudo aos fóruns de economia solidária. Ao mesmo tempo, o CG identificou alguns limites e desafios para a continuidade da política de educação em economia solidária, sobretudo em relação à formação de educadoras/es, campo de atuação do CFES:

- **Articulação/ integração entre os diferentes projetos de políticas públicas que dialogam com educação e economia solidária** - A Economia Solidária, por configurar um tema transversal em projetos de promoção de Desenvolvimento Sustentável e Territorial, abriu frentes de ações com outros campos do governo e da sociedade. Desta forma, há uma diversidade de projetos de políticas públicas, bem como iniciativas da sociedade civil, que dialogam com educação popular e economia solidária. A integração dos projetos potencializa o alcance dos objetivos dos e a ação em território, articulando diferentes frentes para o desenvolvimento local. Outro elemento a se considerar refere-se à política de educação em economia solidária que é mais ampla que o projeto CFES, que incorporada por outros projetos de economia solidária que trabalham com formação e assessoria técnica.

A experiência do CFES, que realizou seminários sobre articulação/ integração de projetos, identificou os seguintes limites:

- A proposição fragmentada das ações voltadas para economia solidária, carecendo de um projeto integrado para as políticas públicas onde os projetos tenham ações articuladas desde

sua concepção.

- A fragilidade da atuação do Conselho Nacional de Economia Solidária na proposição e acompanhamento dos projetos. No caso do CFES, consideramos o CTFAT como sendo o espaço legítimo para estas ações, o qual precisa ser retomar suas ações.
- A dinâmica burocrática das ações em parceria com o governo que implica tempos e metas distintos.
- A disposição política das/os envolvidas/os na implementação dos projetos em realizar ações conjuntas.

Neste item, também destacamos o desafio que se apresenta em torno da articulação e integração de projetos voltados para economia solidária frente ao Pacto Federativo. Para este desafio, torna-se urgente a identificação das ações que estes projetos propõem para educação para que se planeje a política considerando-as.

- **Papel dos CFES** - A dinâmica do processo de educação, os diferentes perfis de participantes das ações do projeto que demandaram outras abordagens de formação que não só formação de educadoras/es, somada à institucionalidade de política de educação que o projeto CFES acabou assumindo tanto no que tange as relações com os processos deliberativos da economia solidária (FBES, CTFAT, CNES) quanto as relações com os demais projetos de políticas públicas exige reflexão sobre o papel do CFES:

- Que aspecto do projeto CFES conseguiu trazer para a centralidade a necessidade da articulação das forças sociais e políticas dos fóruns para além da proposta do fazer educação?
- O que acarretou a fragilidade de institucionalidade, exigindo do CFES a ação/ proposição em diferentes espaços deliberativos?
- O problema do esvaziamento em atividades do CFES é mais amplo que o do movimento da economia solidária: Até que ponto esses espaços são de formulação, gestão social e controle das políticas públicas numa proposta emancipatória?

- **Rede de Educadores** – Apesar dos esforços do projeto CFES em provocar um processo que legitimasse uma Rede de Educadoras/es em Economia Solidária, há um consenso entre os projetos CFES de que o que existe são coletivos estaduais e processos regionais que confluem em um embrião de rede. Neste ano de 2011, há iniciativas de reconhecimento dos coletivos como rede, como no caso do CFES CO. De fato trata-se de uma dinâmica ainda frágil que mesmo diante de falta de recursos e dificuldades políticas/ burocráticas alinham uma perspectiva de rede afim de, fortalecer o movimento da economia solidária.

- **Novas pautas** – Ao longo dos três anos, a dinâmica da economia solidária desafiou e continua desafiando o projeto CFES a desenvolver novas pautas (ex.: Projeto Político-pedagógico - PPP, os debates e discussões a partir do PL 865, desenvolvimento territorial pautado como estratégia na II CONAES, etc.) que exigem maior amplitude e continuidade de ações educativas do que a estrutura de cursos do projeto CFES.

- **Estrutura das atividades de formação** - A estrutura das atividades de formação do projeto CFES (prevista no Termo de Referência) contribuiu para um esvaziamento de atividades uma vez que o plano de trabalho previa muitas atividades, atividades com muitas horas/aulas e em formato de cursos com novas turmas, sem garantir continuidade da formação. Alguns projetos regionais criaram alternativas para garantir processos continuados, com o mesmo grupo retornando para as atividades, e com participação maior do que a prevista no projeto.

- **A metodologia “autogestionária”** – Conforme apresentado na concepção, a autogestão é premissa do processo pedagógico da economia solidária e como linha geral precisa ser reafirmada. Entretanto, precisamos avançar na reflexão, experimentação e elaboração de uma pedagogia que tenha como centralidade o trabalho e a autogestão. A experiência destes 3 anos apresenta

construções coletivas bastante significativas², mas também muitas lacunas. É preciso condições para qualificar a reflexão e discutir o método que vivenciamos e propomos: temas, metodologia, práxis, etc.... Ou, como desenvolver uma pedagogia que saia do discurso e se materialize nos diferentes processos formativos.

- **Concepção CFES** - Distintos contextos repercutem nas diferenças entre os CFES que por um lado são salutares, mas por outro contribuem para o afastamento de uma concepção comum e articulada entre os projetos CFES e, conseqüentemente, para a Rede de Educadores. Diferenças regionais (de contexto, de estrutura, de políticas existentes ou inexistentes) impactam em diferenças de concepção e atuação dos CFES o que dificulta uma identidade e estratégias comuns. É importante que os CFES e a rede, em constituição, se reconheçam numa concepção comum: qual o processo de transformação no qual os sujeitos da economia solidária se reconhecem e vêm avançando? No entanto, uma linha comum não pode significar um engessamento e precisa respeitar as peculiaridades dos territórios e regiões.

- **Relação formação e assessoria técnica** - As deliberações da Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica e da II CONAES apontam para uma estreita relação da formação e assessoria técnica. Ambas reconhecidas como partes inerentes do processo de educação. Mas qual é o papel político da Formação e do Assessoramento Técnico? Essa vinculação não deixa clara a delimitação, especificidades de cada um dos processos. É preciso criar condições de troca e diálogo para que a Assessoria Técnica se aproxime das estratégias e fundamentos orientadores de uma pedagogia da autogestão e do trabalho associado, bem como é preciso que a formação seja espaço de reflexão e troca para os técnicos que atuam diretamente com assessoria aos empreendimentos.

- **Interlocação com o movimento** – A relação com os Fóruns de Economia Solidária apresenta variações, considerando os diferentes estados, havendo espaços de forte/ constante interlocação e outros de distanciamento. Afirmamos o FBES como sendo o interlocutor prioritário junto ao movimento de economia solidária e re colocamos a necessidade de que componha o GT para construção de um projeto de educação em economia solidária que extrapole a ação de governo. Entendemos que o CFES tem papel de provocar o debate, não podendo concentrá-lo, pois este é um papel dos fóruns e redes.

- **Organicidade e estrutura** – São muitos elementos que compõe a problemática da organicidade/ estrutura:

- Diante da experiência dos 3 anos, apresentam-se propostas em torno tanto da continuidade do CFES por regionais quanto de sua organização em equipes estaduais.
- Diante das diferentes dimensões regionais e quantidade de estados, ampliação da equipe de coordenação do CFES.
- Garantia de remuneração das/os educadores-as dos coletivos estaduais ao realizarem ações do projeto: atividades de formação, sistematização e mobilização pautada pelo CFES.
- Viabilização de recurso prévio para hospedagem, transporte e alimentação organização das atividades, pois isto garante a participação. Uma vez que, durante este período do projeto as/os participantes tiveram que adiantar pagamentos de passagens e outras despesas para estarem nas atividades promovidas pelo CFES e por vezes o reembolso não é imediato.
- Prever recursos para os encontros dos micro-coletivos e para o material didático e pedagógico (livro, filme, cd, cartilha, apostila, publicações, etc);
- A burocracia SICONV dificulta a operacionalidade de um processo subjetivo como é o processo de educação, o qual se constrói diante das proposições do coletivo e, por vezes, das dinâmicas conjunturais.
- Há um limite concreto no Termo de Referência que engessa formatos, carga horária e

² A forma de fazer as atividades de formação em economia solidária é algo que fica enquanto percurso metodológico. O movimento acolheu a proposta do CFES: a partilha de poder, grupos de responsabilidade, etc.

número de participantes, o que dificulta a construção dialogada das ações em consonância com o projeto pedagógico e as realidades locais. Os/as educadoras/es têm dificuldades de se distanciar de suas atividades produtivas para participar das atividades formativas, o que leva ao esvaziamento das atividades e uma dificuldade para cumprir as metas estipuladas no termo de referência e SICONV.

- **Conteúdos** – Os diferentes perfis das/os participantes das atividades de formação e a ausência de um processo continuado implicam em uma repetição de conteúdos relacionados à economia solidária e educação popular. É preciso dinamizar o processo de formação a fim de, garantir um processo de formação político-pedagógico que aprofunde conteúdos que estão na pauta da economia solidária e educação popular e ao mesmo tempo inserir novos conteúdos, como agroecologia, gênero, etc. Esta perspectiva articula-se com o fortalecimento do projeto político pedagógico, a incorporação de demandas concretas dos EES e a produção/divulgação de subsídios para construção da política de assessoria técnica.
- **Sistematização** – A sistematização é entendida como processo fundamental para formação de educadoras/es, como elemento de produção de conhecimento. Assim, a sistematização precisa estar contemplada nas ações do projeto, prevendo tempo e recursos necessários à sua elaboração.

Proposta

Mediante a revisão dos acúmulos do movimento sobre o campo da educação, a avaliação dos três anos do projeto CFES - que apontou os limites e desafios, o CG indica algumas linhas gerais para a continuidade da política pública de educação em economia solidária, sobretudo para o novo desenho do projeto CFES.

Linhas Gerais da Política de Educação em Economia Solidária

- O Estado tem o papel de garantir políticas voltadas para a educação em/para a economia solidária, dentro da política pública para a economia solidária.
- A educação em/para ES tem na educação popular sua orientação política pedagógica, na perspectiva de emancipação dos/as envolvidos, desenvolvendo uma concepção/ prática autogestionária.
- A educação visa contribuir para processos de desenvolvimento territorial, atuando na promoção/consolidação das redes e cadeias solidárias.
- A política de educação deve estar concebida a partir da intersectorialidade, articulação com as políticas para/em economia solidária, na integração dos diferentes níveis da federação.
- A política de educação deve ser espaço de reflexão sobre as políticas públicas bem como de fortalecimento dos espaços de elaboração (CNES) e de incidência (FBES).
- A organização da política deve considerar as especificidades regionais, inclusive na distribuição de recursos.
- A PP de educação deve contribuir para a organização horizontal dos educadores de forma a estar articulados com outras políticas de formação e movimento sociais.
- A política de educação de economia solidária deve estar orientada pelo Projeto Político Pedagógico que o projeto CFES provocou a elaboração a partir dos coletivos de educadoras/es, onde estão integrantes dos Fóruns e, em alguns estados, de outros movimentos sociais.
- A educação em economia solidária deve estar voltada para ações de assessoria técnica e formação política.

Em relação ao papel do CFES

Objetivo: Realizar a formação de educadores/as, oriundas/os de EES, gestão pública ou organizações de apoio, tanto em relação a aspectos político-pedagógicos quanto para assessoria técnica.

Estrutura e organicidade: Garantir condições para o trabalho do CFES: necessidade de repensar as equipes considerando:

- Ampliação das equipes regionais,
- Equipe nos estados, articuladas nos regionais,
- Propor o papel do espaço nacional do CFES, considerando a estrutura do projeto e o método de trabalho a ser realizado.
- A Rede de Educadoras/es:
 - Ser o referencial das formações da economia solidária nos projetos dos estados e municípios conveniados com a SENAES;
 - Estabelecer o diálogo com políticas como o PROJOVEM , o EJA, Mulheres Mil.
 - Atuar em outros espaços formativos/ movimentos sociais.
 - Assumir/ promover campanhas, como a da Lei de Iniciativa Popular da Economia Solidária.
 - Discutir, articular e avaliar as políticas públicas em conjunto com os Fóruns de Economia Solidária.

Controle Social: Continuidade dos Conselhos Gestores do projeto CFES, garantindo a articulação com a Comissão Temática de Formação e Assessoria Técnica do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Metodologia: Continuidade dos Comitês Metodológicos, garantindo a efetiva participação de seus/suas integrantes na proposição e acompanhamento das atividades.

- Avançar na construção de uma pedagogia da autogestão/ autogestão da pedagogia:
 - Trazer os valores, princípios e práticas da autogestão para dentro do processo pedagógico.
 - Elaborar método que considere a formação processual e continuada; os diferentes espaços desde o local ao nacional e a articulação entre as ações desenvolvidas nestes.
- Qualificar a incorporação das práticas/ reflexões da Pedagogia da Alternância
- Sistematização: garantir formação, tempo e recursos para sua elaboração.
- Acervos: produzir materiais pedagógicos para a formação e criar acervo da educação em economia solidária.

Edital: Garantir ações com maior flexibilidade em relação à cargas horárias, públicos, organização e ao mesmo tempo que garanta a continuidade dos acúmulos dos 3 anos de projeto CFES.

Propostas contrastantes

Apesar de um acordo comum frente a linhas gerais consideradas acima, no Conselho Gestor houve algumas propostas diferenciadas e não convergentes que, julga-se importante destacar aqui como propostas contrastantes.

Sobre o perfil das/os participantes das atividades e papel do projeto CFES: Embora a compreensão de que o projeto CFES trata de formação de educadoras/es, ou seja, representantes dos diferentes segmentos da ES que se reconhecem como educadoras/es e estão dispostos a construir e disseminar metodologias em prol da economia solidária, porém, existem elementos conjunturais que demandam outras ações de formação em economia solidária, são eles:

- a) Os EES e os fóruns de economia solidária solicitam formação de base e formação política para pessoas com pouco ou nenhum conhecimento sobre economia solidária.

b) O Pacto Federativo, compreendido pelo Governo Federal, encaminhou a execução da política de economia solidária a partir de editais dirigidos aos governos municipais e estaduais. Assim, a SENAES demanda formação para funcionários do poder público e, agentes destes projetos, afim, de prepará-los para a gestão da política pública de economia solidária descentralizada.

Nestes casos, propõe-se que o CFES incorpore nas suas ações formação básica/ inicial sobre economia solidária e voltada para a gestão pública. Desta forma, há um contraponto entre aqueles/as que mantêm a proposta inicial do CFES como formação de educadoras/es e, ao compreender a importância destas ações, sugerem a necessidade da SENAES propor projetos específicos (interligados por uma política de educação em economia solidária) para atender as outras duas demandas e aqueles/as que entendem a necessidade do CFES redefinir seu papel e ampliar o campo de atuação a fim de atender todas as demandas. No primeiro caso, há a proposta de que as/os educadoras/es da Rede e que fazem a formação no CFES podem vir a ser aqueles/as a atuarem junto aos empreendimentos, gestão pública e, agentes dos projetos, formação inicial sobre economia solidária junto à sociedade.

Sobre a estrutura do projeto CFES: O CFES está organizado em cinco unidades regionais e uma nacional. Uma das propostas é que o CFES continue com estrutura regional com ampliação das equipes regionais, outra é que haja desdobramento de equipes estaduais ou territoriais articuladas aos CFES Regionais. Uma terceira proposta está no CFES vir a se organizar por estruturas e equipes estaduais. Em todas estas propostas o papel do espaço nacional não foi evidenciado, havendo afirmações de que sua manutenção é importante e precisa ser avaliada.

Sobre assessoria técnica compor ou não os conteúdos do processo de formação de educadoras/es: Há uma demanda forte por parte do Fórum de Economia Solidária e, de certa forma, incorporada pelo projeto CFES, de que assessoria técnica seja tema elementar no processo de formação de educadoras/es. Não se trata de executar assessoria técnica, mas sim discutí-la enquanto conteúdo. Por outro lado, há o posicionamento de que atuar nesta a dinâmica pode causar uma confusão entre os dois processos na medida em que não estão claras as delimitações e especificidades da formação política e da assessoria técnica.

Conselho Gestor do Projeto Centro de Formação em Economia Solidária
Rio de Janeiro, 25 de outubro 2011